

DILIGÊNCIA

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SÚMULA TJ Nº 71

O JUIZ NÃO ESTÁ OBRIGADO A DEFERIR DILIGÊNCIAS QUE, JUSTIFICADAMENTE, ENTENDER DESNECESSÁRIAS OU IMPERTINENTES.

Referência: Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº [2002.203.00001](#) (Enunciado Criminal nº 04, do TJRJ) – Julgamento em 04/08/2003 – Votação: unânime – Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro – Registro de Acórdão em 05/03/2004 – fls. 565/572.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

Enunciado 44 - No âmbito dos Juizados Especiais, não são devidas despesas para efeito do cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

6.2 - Para atender aos princípios de informalidade, celeridade e economia processual dos JECs, os Oficiais de Justiça deverão cumprir diligências nas Comarcas contíguas e nas que se situam na mesma região metropolitana.

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 43

10 - É possível, excepcionalmente, a devolução do Termo Circunstanciado à Delegacia de Polícia, especificando-se quais as diligências que deverão ser realizadas, sem a necessidade de instauração de inquérito Policial, mantendo-se a competência do Juizado Especial Criminal - (I EJMP)

[AVISO TJ Nº 43, DE 04/09/2006](#)

ENUNCIADO – ATO VEP Nº SN1

ENUNCIADO nº. 04: "A conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, assim como a revogação do sursis e do livramento condicional, previstos, respectivamente, nos artigos 44, parág. 4º., 81, parág. 1º. e 87, todos do Código Penal, não está condicionada à realização de diligências destinadas à localização de apenado não encontrado no endereço informado no processo."

[ATO VEP Nº SN1, DE 19/02/2004](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 47

8. Na pesquisa de bens do executado, admite-se a expedição de ofícios, inclusive a Receita Federal, desde que exauridos os meios próprios de que dispõe o credor.

[AVISO TJ Nº 47, DE 19/09/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 29

ENUNCIADOS CIVEIS:

ENUNCIADO 44 - NO ÂMBITO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS, NÃO SÃO DEVIDAS DESPESAS PARA EFEITO DO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS, INCLUSIVE, QUANDO DA EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATORIAS.

ENUNCIADOS CRIMINAIS:

ENUNCIADO 18 - NA HIPÓTESE DE FATO COMPLEXO, AS PECAS DE INFORMAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS À DELEGACIA POLICIAL PARA AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS. RETORNANDO AO JUÍZADO E SENDO CASO DO ART.77, PARÁGRAFO 2., DA LEI 9.099/95 SERÁ ENCAMINHADO AO JUÍZO PENAL COMUM.

[AVISO TJ Nº 29, DE 13/06/2000](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 56

ENUNCIADOS CRIMINAIS:

9 – RITO - 9.1 – DILIGÊNCIAS - É POSSÍVEL, EXCEPCIONALMENTE, A BAIXA DO TERMO CIRCUNSTANCIADO À DELEGACIA DE POLÍCIA PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA DE POUCA COMPLEXIDADE, MANTIDA A COMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL. DECLINAR-SE-Á DA COMPETÊNCIA PARA VARA CRIMINAL COMUM SE HOUVER COMPLEXIDADE.

[AVISO TJ Nº 56, DE 11/11/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 47

ENUNCIADO Nº 11

É POSSÍVEL, EXCEPCIONALMENTE, A BAIXA DO TERMO CIRCUNSTANCIADO À DELEGACIA DE POLÍCIA PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA DE POUCA COMPLEXIDADE, MANTIDA A COMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL. (MAIORIA)

[AVISO TJ Nº 47, DE 22/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

11) Caberá ao Oficial de Justiça diligenciar, no endereço indicado pelo credor, a localização da executada e de seus sócios. Em caso de certidão negativa, proceder-se-á, de imediato, à citação por edital, desnecessário que a Fazenda Pública procure novo endereço.

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 44

ENUNCIADOS CRIMINAIS:

ENUNCIADO 18

NA HIPÓTESE DE FATO COMPLEXO, AS PEÇAS DE INFORMAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS À DELEGACIA POLICIAL PARA AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS. RETORNANDO AO JUIZADO, E SENDO CASO DO ARTIGO 77, PARÁGRAFO 2º DA LEI Nº 9.099/95, SERÁ ENCAMINHADO AO JUÍZO PENAL COMUM.

[AVISO TJ Nº 44, DE 26/11/1998](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 18

ENUNCIADOS FINAIS – CRIMINAIS

XXII - NA HIPÓTESE DE FATO COMPLEXO AS PEÇAS DE INFORMAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS À DELEGACIA POLICIAL PARA AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS. RETORNANDO AO JUIZADO E SENDO CASO DO ART. 77, PARÁGRAFO 2º DA LEI 9099/95, PREVALECE O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5. DO ATO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 02/96. (POR MAIORIA).

[AVISO TJ Nº 18, DE 22/10/1997](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XXVI – O despacho de especificação de provas não inibe o julgamento no estado do processo, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil.

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br